

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. Sua principal atividade destaca-se o serviço de transporte ferroviário. A FTL foi criada em 29 de outubro de 2012. Sua malha ferroviária tem origem da privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA.

A Malha Nordeste é composta pela Malha I (São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife), adquirida na privatização da RFFSA, e pela Malha II (trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) que compreende a construção da nova ferrovia Nova Transnordestina (expansão da Malha Nordeste).

A ANTT autorizou a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, e a Cisão Parcial da TLSA. A Cisão nomeia a segregação de ativos e passivos da Malha I e a Malha II. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

A FTL começou a operar em dezembro de 2013, logo após a aprovação da Cisão pelos acionistas da cindida.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2013.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES (Dados em milhares)

Para o primeiro mês de operação da FTL, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 6.197 mil, destes R\$ 4.703 de Receita Ferroviária;
- Volume faturado de 43.021 mil TKU (tonelada útil por quilômetro) e 100 TU (toneladas úteis);
- Avançamos na renovação contratual com o maior *player* do segmento combustíveis, BR Distribuidora e estamos em fase final de contratação com as empresas Ipiranga Produtos de Petróleo e Raízen;
- Avançamos também no projeto Votoferro II com o Cliente Votorantim Cimentos que visa elevar os atuais volumes transportados (30 mil toneladas) para um patamar de 60 mil toneladas por mês, com previsão de investimentos do próprio cliente na cadeia de logística. Diversas reuniões feitas entre as Diretorias já definiram inclusive o montante dos investimentos e os ganhos esperados;
- Finalizada a obra ferroviária da Apodi Cimentos no Porto do Pecém, o que permitirá o início dos transportes no início de 2014, permitindo uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa;
- Avançamos nos volumes de transporte de Minério de Ferro da empresa Globest Mineração;
- Após o sucesso do transporte “piloto” de containers 40OT para a empresa Vale, estamos configurando o novo contrato de transporte para o primeiro semestre de 2014;
- Finalizado o contrato de Transporte Ferroviário e Operação Portuária com a Suzano Papel e Celulose no 4T13. O volume estimado é de mais de 4 milhões de toneladas ao longo de 3 anos, o que trará um incremento de margem. A operação está prevista para fevereiro/2014 (*start-up*).

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta totalizou R\$ 6.197 mil, referente apenas ao resultado de dezembro de 2013, sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R\$ 4.703 mil, Direito de Passagem R\$ 1.288 mil e Gestão Patrimonial R\$ 206 mil.

Em dezembro de 2013 a empresa faturou no total 43.021 mil TKU e 100 TU. Os segmentos de Energia, Construção, Minério foram os que mais de destacaram, responsáveis por 94% da TKU transportada.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), foi de R\$ 109,32 em 2013.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

O segmento com maior destaque foi o de Energia, seguido pelo de Construção e Minério, os quais juntos foram responsáveis por 94% da receita bruta ferroviária, equivalente a R\$ 4.405 mil do total de R\$ 4.703.

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação ao total da ROB, TU e TKU em dezembro de 2013.

**TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2013**

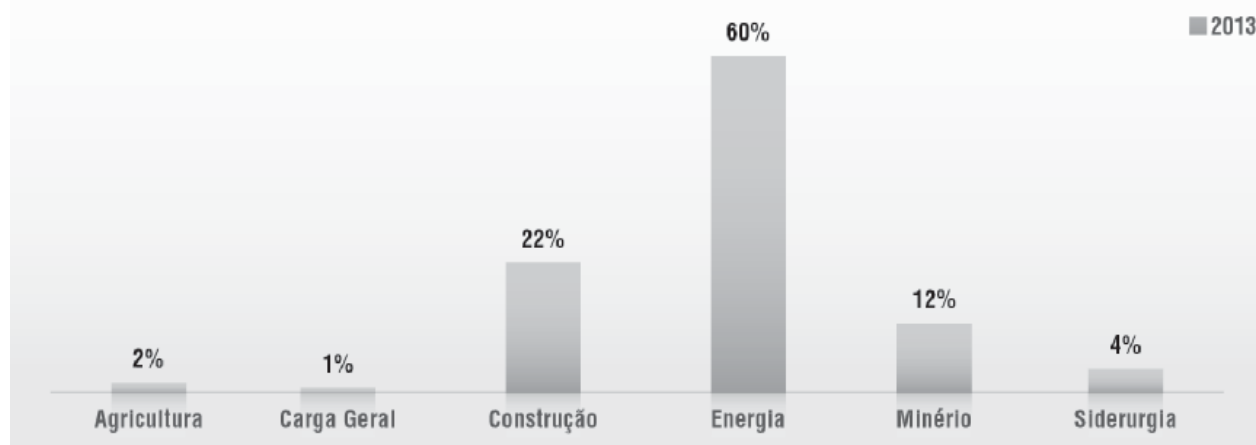
Segmento	Ano	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Agricultura	2013	2%	-	2%	-	2%	-
Carga Geral	2013	1%	-	1%	-	1%	-
Construção	2013	22%	-	31%	-	27%	-
Energia	2013	60%	-	47%	-	48%	-
Minério	2013	12%	-	17%	-	17%	-
Siderurgia	2013	4%	-	3%	-	6%	-

No segmento de Energia são transportados óleo diesel e gasolina. Juntos transportaram 20.589 mil TKU. A ROB para este segmento foi de R\$ 2.844, representa 100% da movimentação da área de São Luís.

O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento. Movimentou 11.063 TKUs, equivalente a uma receita bruta de R\$ 933 mil.

O transporte de minério movimentou 7.141 TKUs, equivalente a uma receita de R\$ 547 mil, em dezembro de 2013.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

A área de negócio de São Luis participou com 60% da Receita de Transporte em 2013, com um total de R\$ 2.844 mil. Apenas o segmento de energia foi transportado nesse período.

A receita referente à área de Fortaleza totalizou R\$ 1.859 mil, o que equivale a 40% do total da Receita de Transporte Ferroviário no período. Os segmentos destaques nesta área são Construção, com participação de 55% na receita gerada nesta área, e Minério, responsável por 29% da receita gerada.

**TOTAL ACUMULADO POR FILIAL
PERÍODO 2013**

<u>Área negócio</u>	<u>Ano</u>	<u>ROB</u>	<u>▲ R\$ mil</u>	<u>TU mil</u>	<u>▲ R\$ mil</u>	<u>TKU mil</u>	<u>▲ R\$</u>
Fortaleza	2013	1.859	-	53	-	22.432	-
São Luis	2013	2.844	-	47	-	20.589	-

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)

<u>Área negócio</u>	<u>Ano</u>	<u>Percentual ROB</u>	<u>▲ p.p.</u>	<u>Percentual TU</u>	<u>▲ p.p.</u>	<u>Percentual TKU</u>	<u>▲ p.p.</u>
Fortaleza	2013	40%	-	53%	-	52%	-
São Luis	2013	60%	-	47%	-	48%	-

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice que mede a Eficiência Energética atingiu 7,23 em dezembro de 2013.

A velocidade comercial é de 9,26 km/h.

O índice de acidente por milhão trem/km é de 57,64.

O índice de Aderência (pontualidade na partida de trens) é de 76,67.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 5.296 mil em 2013 sem depreciação.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R\$ 2.128 mil reais (40%), R\$ 1.780 mil reais (34%) e R\$ 1.388 mil reais (26%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais em 2013 foi de R\$ 1.223 mil.

INVESTIMENTOS

O investimento para continuidade operacional, a FTL investiu em dezembro de 2013 R\$ 5,6 milhões de desembolso financeiro aplicado principalmente na recuperação de superestrutura de Via Permanente, sobretudo com (Brita, Dormente de madeira, Anel guia de gases, Chapa de desgaste da coluna lateral e Conector BF).

DESEMPENHO FINANCEIRO



	Acum. Dez/2013
Lucro Líquido do Período	(4.142)
(+) Tributos sobre o Lucro	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	(773)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	1.506
LAJIDA (EBITDA)	(3.409)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	1.803
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) (*)	(1.606)

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de (R\$ 1.606) mil negativos em dezembro de 2013.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de (R\$ 303,30) mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012		Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012	
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.459	10			Fornecedores	12	21.434	-		
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	5.229	-			Empréstimos e financiamentos	15	24.906	-		
Estoques	7	9.481	-			Impostos e contribuições a recolher		169	-		
Impostos a recuperar	8	9.353	-			Outras contas a pagar	14	3.878	-		
Despesas antecipadas	9	1.106	-			Adiantamento de clientes	13	5.036	-		
Outras contas a receber		1.079	-			Total dos passivos circulantes		55.423	-		
Total dos ativos circulantes		33.707	10			Não circulantes					
Não Circulantes						Empréstimos e financiamentos	15	98.474	-		
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	2.338	-			Receita diferida	17	6.752	-		
Depósitos judiciais	16	14.558	-			Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	31.281	-		
Partes relacionadas	10	284.465	-			Outras contas a pagar	14	1.533	-		
Impostos a recuperar	8	12.171	-			Adiantamento para futuro aumento do capital	10	5.482	-		
Imobilizado	11	193.950	-			Total dos passivos não circulantes		143.522	-		
Total dos ativos não circulantes		507.482	-			Patrimônio líquido					
Total dos ativos		541.189	10			Capital social	18	346.386	10		
						Prejuízos acumulados		(4.142)	-		
						Total do patrimônio líquido		342.244	10		
						Total dos passivos e patrimônio líquido		541.189	10		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	
Receita líquida de serviços	19	4.992	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Custos dos serviços prestados	20	(6.499)	Prejuízo do exercício	(4.142)	-
Prejuízo bruto		(1.507)	Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Receitas (despesas) operacionais			Depreciações e amortizações	1.415	-
Despesas administrativas e gerais	20	(1.427)	Variações monetárias e juros - líquido	(1.810)	-
Despesas com vendas	20	(178)	Provisões para contingências	991	-
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(1.803)	Baixa de custo de transação de empréstimo	99	-
Resultado antes do resultado financeiro		(4.915)	(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Resultado financeiro			Contas a receber de clientes e outros créditos	(998)	-
Receitas financeiras	21	2.640	Estoques	(1.634)	-
Despesas financeiras	21	(1.867)	Depósitos judiciais	(116)	-
		773	Impostos a recuperar	(2.912)	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(4.142)	Outras contas a receber	(498)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	Despesas antecipadas	(1.106)	-
Prejuízo do exercício		(4.142)	Fornecedores	(1.276)	-
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,1496)	Adiantamento de clientes	3.194	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			Outras contas a pagar	20.106	-
			Impostos e contribuições a recolher	(2.265)	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		31/12/2013	Pagamentos Juros	(615)	-
		(4.142)	Juros recebidos	926	-
Prejuízo do exercício		(4.142)	Receita diferida	(47)	-
Outros resultados abrangentes		-	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	9.312	-
Resultado abrangente total do exercício		(4.142)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			Aquisição de imobilizado	(9.755)	-
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)		31/12/2013	Valores a receber - Mútuo TLSA	7.561	-
		6.201	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.194)	-
Receitas		6.196	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Vendas de serviços		5	Aumento de capital	-	10
Outras receitas		(5.058)	Captação de AFAC com a controladora	2.669	-
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(2.253)	Amortização de financiamentos com o BNDES	(2.054)	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(276)	Amortização de financiamentos com o Banco do Brasil	(970)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(354)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(355)	10
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros - Adm./Coml.		(2.175)	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.763	10
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros		1.143	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	-
Valor adicionado bruto		(1.415)	Efeito da incorporação sobre o saldo de caixa	686	-
Depreciação, amortização e exaustão		(272)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.459	10
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.640	Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.763	10
Valor adicionado recebido em transferência		2.640	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
Receitas financeiras		2.368			
Valor adicionado total a distribuir		2.368			
Distribuição do valor adicionado		2.900			
Pessoal		1.816			
Remuneração direta		960			
Benefícios		124			
FGTS		1.558			
Impostos, taxas e contribuições		971			
Federais		523			
Estaduais		64			
Municipais		2.052			
Remuneração de capitais de terceiros		1.328			
Juros		226			
Aluguéis		498			
Outras		(4.142)			
Remuneração de capitais próprios		(4.142)			
Prejuízo do exercício		(4.142)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$ mil)					
	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	
Constituição do capital		10	-	10	
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (não auditado)		10	-	10	
Aumento de capital	18	346.376	-	346.376	
Prejuízo do exercício		-	(4.142)	(4.142)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		346.386	(4.142)	342.244	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL					
Criada em 29 de outubro de 2012 com o nome de Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL, a Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de licenciamento, condução, abastecimento, carregamento e descarregamento, transbordo,					

manobra de material rodante, e armazenagem, nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLISA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLISA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da TLISA e FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLISA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A Cisão faz parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e a Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 21.716. Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses serão oriundos do recebimento de créditos com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas).

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.

Cabe destacar que as atividades operacionais de transporte ferroviário de cargas da Companhia foram efetivamente iniciadas somente em dezembro de 2013, cuja aprovação do laudo de avaliação patrimonial pela Assembleia Geral Extraordinária foi datado de 27 de dezembro de 2013 (ver nota explicativa nº 4 - Incorporação societária).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

As informações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 21 de janeiro de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

· Nota 6 - Contabilização da provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber.

· Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (*Impairment*).

· Nota 16 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de

moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das

demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
IFRIC 21	Levies (Taxas) (1)
Alterações às IFRS 10,12 e IAS 27	Entidades de Investimento (1)
Alterações à IAS 19	Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados (1)
Alterações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
Alterações à IAS 36	Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros (1)
Alterações à IAS 39	Novação de Derivativos e Continuação de Hedge Accounting (1)
Alterações às IFRSs	Ciclo de Melhorias Anuais 2010-2012 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada

em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Adicionalmente, a IFRS 9 foi alterada em 2013 para incluir um novo modelo de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) desenhado para ser melhor alinhado em relação a como uma entidade trata suas atividades de administração na exposição de riscos financeiros e não financeiros. Em reunião realizada em novembro de 2013, o IASB decidiu provisoriamente que a aplicação mandatória da IFRS 9 não seria antes de períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 tenha efeito relevante sobre os saldos reportados, principalmente com relação aos ativos e passivos financeiros (por exemplo, os investimentos em títulos resgatáveis atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no fim dos períodos de relatório subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada desses impactos.

IFRIC 21 Levies (Taxas)

A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. Um passivo é reconhecido nas demonstrações financeiras somente quando o evento que gera a obrigação ocorre.

A Administração do Grupo não espera que a IFRIC 21 tenha algum efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras, considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento.

Alterações à IAS 19 Planos de Benefícios Definidos: Contribuições de Empregados

As alterações à IAS 19 esclarecem os requerimentos relacionados a como contribuições de empregados ou terceiros relacionados a serviços devem ser atribuídas. Adicionalmente, essas alterações permitem recurso específico quando os valores das contribuições forem independentes do numero de anos de serviços prestados.

A Administração da Companhia não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualificam para compensação.

Alterações à IAS 36 Divulgação de Valor Recuperável para Ativos Não-Financeiros

As alterações à IAS 36 reduzem as circunstâncias nas quais o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa deve ser divulgado, esclarecem as divulgações requeridas e introduzem um requerimento explícito de divulgação da taxa de desconto utilizada na determinação da provisão para redução ao valor recuperável (ou reversão) onde o valor recuperável (baseado no valor justo menos custos para venda) é determinado utilizando-se uma técnica de desconto a valor presente.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 36 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia já efetua as divulgações necessárias. Em 2013, a Companhia realizou o estudo quando ao valor recuperável do imobilizado e a provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. As divulgações do valor recuperável para o imobilizado estão na nota explicativa nº 11.

Alterações à IAS 39 Novação de Derivativos

As alterações à IAS 39 permitem a continuidade da aplicação do *hedge accounting* (de acordo com a IAS 39 ou com os conceitos de *hedge accounting* trazidos pela IFRS 9) quando um derivativo é novado e certas condições são atendidas.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro derivativo qualificável para fins de aplicação de *hedge accounting*.

Alterações às IFRSs Ciclo de Melhorias Anuais 2010-2012

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 incluem várias alterações em diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Administração não acredita que a adoção dessas alterações à IAS 39 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

4. INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de

2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Transnordestina, sociedade ligada da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial da Transnordestina seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia.

A cisão faz parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Transnordestina e a Companhia nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuri, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) ("Parcela Cindida") e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e terá sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação ("Protocolo"), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia ("Justificações").

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi aumentado em R\$ 193.450, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social da Companhia, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Transnordestina, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreende aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

<u>Acervo patrimonial em 30/11/2013</u>	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	<u>30.998</u>
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	<u>382.286</u>
Total dos ativos	<u>413.284</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	<u>70.013</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	100.528
Receita diferida	6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190
Partes relacionadas	5.958
Outras contas a pagar	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813
	<u>149.821</u>
Total dos passivos	<u>219.834</u>
Patrimônio líquido contábil	<u>193.450</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	7.459	10
Total	<u>7.459</u>	<u>10</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Clientes	7.669	(2.440)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.440)	5.229
	<u>5.229</u>	<u>2.789</u>
Não Circulante		
Crédito com Companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	2.338	-

Conforme contrato de concessão as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

	<u>31/12/2013</u>
Composição da carteira por idade de vencimento	
A vencer	3.874
De 1 a 30 dias	1.504
De 31 a 60 dias	8
De 61 a 360 dias	5
Acima de 360 dias	4.616
Total	<u>10.007</u>

	<u>31/12/2013</u>
Movimentação da provisão no exercício	
Saldo inicial em 31/12/2012	-
(+) Incorporação de saldo	2.440
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.440)
A Companhia constitui a provisão para redução do valor recuperável com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no período.	-
A Companhia realizou estudos para calcular o ajuste a valor presente, e após análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.	-

7. ESTOQUES

	<u>31/12/2013</u>
Almoxarifado	8.158
Adiantamentos a fornecedores para aquisição de estoques	1.574
Provisão para perda	(251)
Total	<u>9.481</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2013</u>
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	10.361
Imposto de renda retido na fonte	5.437
ICMS a recuperar	3.702
IRPJ a compensar	1.736
CSLL a compensar	249
Outros	39
Total	<u>21.524</u>
Circulante	9.353
Não Circulante	12.171

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

Imposto de renda retido na fonte

Montante composto principalmente por valores retidos sobre aplicações financeiras de curto prazo já resgatadas e sobre juros ativos recebidos referentes a contratos de mútuo com sociedades coligadas.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013, os principais saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Controladora

A controladora direta da Companhia é a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, detendo 88,41% de participação (99,99% em 31 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia não incorreu em transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços.

A Companhia realizou as demais transações a seguir relacionadas com estas partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Transnordestina Logística S.A. Companhia Siderúrgica Nacional 31/12/2013

Ativo			
Contrato de mútuo (a)	104.183	-	104.183
Cessão de créditos (b)	-	180.282	180.282
Passivo			
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	5.482	5.482
Resultado			
Receitas financeiras (nota 21)	1.275	1.345	2.620
Despesas financeiras (nota 21)	80	-	95

(a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

(b) Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 526.285 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 526.285, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R\$ 178.937, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará à Companhia o montante de R\$ 178.937, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic, devendo o saldo ser liquidado até 29 de maio de 2015.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela controladora.

b. Honorários da Diretoria

Não houve pagamento de honorários ao pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	18.919	(10.021)	8.898
Vagões e veículos	20	663	(662)	1
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	322.699	(113.602)	209.097
Trilhos	4	11.765	(5.637)	6.128
Dormentes	19,39	61.766	(55.152)	6.614
Equipamentos de comunicação	20	936	(892)	44
Lastro	3,33	8.444	(4.012)	4.432
Outras imobilizações	15	7.420	(1.233)	6.187
Total imobilizado em operação		432.612	(191.211)	241.401
Imobilização em andamento (b)	-	231.845	-	231.845
Provisão para redução ao valor recuperável		(279.296)	-	(279.296)
Total		385.161	(191.211)	193.950

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %
		31/12/2013
Edificações	25 anos	4,00
Via permanente	60 anos	1,66
Veículos	10 anos	10,00
Locomotivas	25 anos	4,00
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	5,00

(b) Refere-se a gastos incorridos na revitalização de trechos e bens utilizados para transporte de cargas na malha ferroviária atualmente em operação, representando um prolongamento da vida útil dos referidos ativos.

Movimentação

	Saldo em 31/12/2012	Incorporação de bens			Depreciação do período	Saldo em 31/12/2013
		Custo	Depreciação	Adições		
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	-	18.919	(9.881)	-	(140)	8.898
Vagões e veículos	-	663	(662)	-	-	1
Benfeitoria em propriedade arrendada	-	322.699	(112.743)	-	(859)	209.097
Trilhos	-	11.765	(5.602)	-	(35)	6.128
Dormentes	-	61.766	(54.805)	-	(347)	.614
Equipamentos de telecomunicação	-	936	(890)	-	(2)	44
Lastro	-	8.444	(3.987)	-	(25)	4.432
Outras imobilizações	-	7.420	(1.226)	-	(7)	6.187
	-	432.612	(189.796)	-	(1.415)	241.401
Imobilização em andamento	-	211.453	-	20.932	-	231.845
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total	-	364.769	(189.796)	20.932	(1.415)	193.950

Impairment

A Companhia efetuou a análise do valor recuperável de ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2012 conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de ajustes e ou provisões com base: (i) no valor de mercado dos ativos e valor do patrimônio líquido que não divergem do seu valor contábil; (ii) ausência de indícios ou até mesmo mudanças significativas que poderão afetar o ambiente tecnológico, de mercado ou legal da Companhia; (iii) manutenção preventiva dos seus itens de ativo imobilizado que evidencia a ausência de obsolescência de seus bens; dentre outros fatores internos ou externos. Nesta análise, a Companhia avaliou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado considerando a existência de apenas uma unidade geradora de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da malha II (projeto Nova Transnordestina remanescente na Transnordestina Logística S.A.). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho

futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida no resultado do período. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano e 8,5% na análise efetuada em 31 de dezembro de 2012.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2013</u>
Fornecedor de insumos e serviços	15.786
Seguros	2.209
Outros	3.439
Total	<u>21.434</u>

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Referem-se a recebimentos eventuais de contratantes de serviços de transporte de cargas, mediante antecipação de valores conforme negociações contratuais, sendo posteriormente compensados à medida que os serviços sejam efetivamente prestados e as respectivas receitas sejam reconhecidas no resultado da Companhia, pelo regime de competência.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 31/12/2012	Incor- pora- ção de saldo	Atual- za- ção financeira	Amortização		Custo de transação	Reclas- sificação	Saldo em 31/12/2013
						Principal	Juros			
BNDDES (a)	2015 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	-	125.220	730	(2.054)	(615)	99	-	123.380
BB (b)	-	-	-	970	-	-	-	-	(970)	-
			<u>-</u>	<u>126.190</u>	<u>730</u>	<u>(2.054)</u>	<u>(615)</u>	<u>99</u>	<u>(970)</u>	<u>123.380</u>
Circulante										24.906
Não Circulante										98.474

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2015, 2019 e 2020.

Cronograma de desembolsos BNDDES

	<u>31/12/2013</u>
2014	24.906
2015	24.777
2016 a 2020	73.697
Total	<u>123.380</u>

b. Banco do Brasil - BB

Referente a saldo de conta garantida que em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificada para o grupo de caixa e equivalentes de caixa.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31/12/2013</u>		
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Líquido</u>
Cíveis (a)	6.613	115	6.498
Trabalhistas (b)	8.140	7.774	366
Tributárias (c)	2.504	6.669	(4.165)
Previdenciárias	724	-	724
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774
Passivos ambientais	-	-	-
Outras contingências (e)	6.158	-	6.158
Multa Poder Concedente (f)	6.368	-	6.368
	<u>31.281</u>	<u>14.558</u>	<u>16.723</u>

Movimentação dos processos no exercício

	<u>Incorporação de saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	7.679	834	(1.900)	6.613
Trabalhistas	8.040	100	-	8.140
Tributárias	2.487	17	-	2.504
Previdenciária	684	40	-	724
Outras provisões	13.300	-	-	13.300
	<u>32.190</u>	<u>991</u>	<u>(1.900)</u>	<u>31.281</u>

a. Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais consideradas pelos seus advogados como prováveis de perda, no montante aproximado de R\$ 6.613. Para suportar essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 115.

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 8.140. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 5.394. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

c. Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações tributárias, no montante aproximado de R\$ 2.504. Para suportar essas contingências tributárias, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 6.669. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

d. Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face de eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados foi provisionado o montante de R\$ 774.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2013</u>
Arrendamento a pagar (a)	3.113
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	2.093
Outros	205
Total	<u>5.411</u>
Circulante	3.878
Não Circulante	1.533

a. Arrendamento a pagar

Ver nota explicativa nº 24.

b. Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

e. Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 6.158, sendo R\$ 1.478, para fazer face a eventuais perdas de combustível entre o volume do Planejamento Mensal e o volume efetivamente transportado e disponibilizado (*Take or Pay*) pela Companhia e R\$ 4.680 para fazer face a eventuais perdas de combustível em trânsito e multa de diferença no valor do frete.

f. Multa poder concedente

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém registrada uma provisão de R\$ 6.368, para fazer face a pagamento de valores devidos pela Companhia à ANTT, a título de sanções pecuniárias.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 52.179 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários e verbas rescisórias trabalhistas.

Abaixo as principais causas:

- Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 53306-24.2009.8.06.0001/0, em curso na 18ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa indenização por acidente ferroviário que vitimou um empregado e avariou seu caminhão. A parte contrária requer danos materiais, lucro cessante e danos morais. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 167.

- Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 2.604 (R\$ 3.218 em 31 de dezembro de 2012).

- Ação na esfera tributária, processo nº 11108-58.2009.8.10.0001, visa a declaração de nulidade dos autos de infração nºs 54763000120-9, 54763000122-5, 54763000123-3, 54763000124-1, 54763000110-1, 54763000112-8, 54763000113-6, 54763000114-4, 54763000118-7, 54763000117-9, 54763000130-6, 54763000131-4, 54763000132-2, 54763000125-0, 54763000128-4 e 54763000129-2, que exigem crédito tributário de ICMS. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 2.700 (R\$ 2.436 em 31 de dezembro de 2012).

- Auto de Infração nº 93300008.09.00001357/2012-94 lavrado para constituição de suposto crédito tributário de ICMS decorrente da glosa de crédito do imposto no período de janeiro/2004 a dezembro/2008 referente à aquisição de óleo combustível utilizado como insumo na prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas, em favor de terceiros. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 7.160 (R\$ 6.026 em 31 de dezembro de 2012).

17. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 6.752 pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 346.386.585 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (10.000 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	306.241.571	9.999
Taquari Participações S.A.	40.145.014	-
Demais acionistas	-	1
	<u>346.386.585</u>	<u>10.000</u>

O aumento de capital ocorrido durante o exercício findo 31 de dezembro de 2013 ocorreu da seguinte forma:

Em 31 de outubro de 2013, a Companhia Siderúrgica Nacional integralizou 152.926.840 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, perfazendo um aumento total no valor de R\$ 152.926 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil reais).

Em 27 de dezembro de 2013, a Companhia incorporou, em decorrência da cisão parcial da Transnordestina Logística S.A., o capital social de R\$ 193.450 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cabendo 153.304.731 à Companhia Siderúrgica Nacional e 40.145.014 à Taquari Participações S.A. As ações possuíam preço de emissão unitário de R\$ 1,00, perfazendo um montante de R\$ 193.450 (cento e noventa e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva quantidade de ações ordinárias neste período, comparativamente com o exercício de 2012 conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo básico por ação	Total	Total
Prejuízo do exercício	(4.142)	-
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	27.687.633	10.000
Resultado por ação - básico		
(por lote de mil ações)	(0,1496)	-
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>

Prejuízo diluído por ação

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo diluído por ação (*)	Total	Total
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo básico por ação das operações continuadas	(4.142)	-
Quantidade de ações ordinárias média ponderada utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação (*)	27.687.633	10.000
Resultado por ação - diluído		
(por lote de mil ações)	(0,1496)	-

19. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	<u>31/12/2013</u>
Receita de serviços de transportes	4.686
Receita acessórias de serviços de transporte	17
Receita com direito de passagem	1.287
Receita com gestão patrimonial	206
Total da receita bruta	<u>6.196</u>

Deduções da receita bruta

	<u>31/12/2013</u>
ICMS	(523)
PIS	(110)
COFINS	(507)
ISS	(64)
	<u>(1.204)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>4.992</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Clientes	<u>31/12/2013</u>	<u>%</u>
Maior cliente	906	15
2º e 3º maiores clientes	1.628	26
Outros	3.662	59
Total	<u>6.196</u>	<u>100</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA

Custos

	<u>31/12/2013</u>
Folha de pagamento	(2.128)
Material	(1.780)
Serviço	(1.387)
Depreciação e amortização	(1.204)
Total dos custos	<u>(6.499)</u>

Despesas com vendas

Folha de pagamento	(145)
Serviço	(28)
Depreciação e amortização	(5)
Total das despesas com vendas	<u>(178)</u>

Despesas administrativas

Folha de pagamento	(714)
Material	(178)
Serviço	(238)
Depreciação e amortização	(112)
Outros	(185)
Total das despesas administrativas	<u>(1.427)</u>

Outras despesas (receitas) operacionais

Provisão para contingências	(991)
Custos de ociosidade	(591)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(94)
Outras	(127)
Total das outras despesas operacionais	<u>(1.803)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras	
Juros	2.620
Outros	20
	<u>2.640</u>

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(829)
Juros sobre mútuo passivo	(80)
Juros sobre arrendamento	(455)
Comissões de fianças bancárias	(484)
Outros	(19)
	<u>(1.867)</u>

Resultado financeiro

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros

	31/12/2013				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Contas a receber (nota 6)	5.229	5.229	-	-	-
Partes relacionadas (nota 10):					
Mútuo	104.183	34.623	24.434	45.126	-
Cessão de créditos (a)	180.282	-	-	180.282	-
Total	<u>289.694</u>	<u>39.852</u>	<u>24.434</u>	<u>225.408</u>	<u>-</u>

(a) Ver nota explicativa nº 10.

Passivos financeiros

	31/12/2013					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 12)	21.434	21.434	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	123.380	12.391	12.515	24.777	49.044	24.653
Total	<u>144.814</u>	<u>33.825</u>	<u>12.515</u>	<u>24.777</u>	<u>49.044</u>	<u>24.653</u>

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos.**Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 30 de novembro de 2013 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa 22 a.

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2013
Ativos em SELIC	180.282
Passivos em TJLP	123.504

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com SELIC à taxa de 10,5% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 1 (variação de 25%)	Cenário 2 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	123.504	TJLP a 5%	TJLP a 3,75%	TJLP a 2,5%
Despesa financeira		(6.175)	(4.631)	(3.088)
Valores a receber em SELIC	180.282	SELIC a 10,5%	CDI a 13,44%	CDI a 16,13%
Receita financeira		19.380	24.225	29.070
Variação negativa	Risco	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Transação				
Empréstimo em TJLP	123.504	TJLP a 5%	TJLP a 6,25%	TJLP a 7,5%
Despesa financeira		(6.175)	(7.719)	(9.263)
Valores a receber em SELIC	180.282	SELIC a 10,5%	CDI a 8,06%	CDI a 5,38%
Receita financeira		19.380	14.535	9.690

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2013, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 10.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de junho de 2013 a 30 de junho de 2014, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até junho de 2014, seguros para os Portos de Itaquí e Mucuripe com limite máximo de indenização de R\$ 1.300 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 5.000, ambos com vigência junho de 2014.

24. CONTRATO DE CONCESSÃO

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existent e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor pagar até final da concessão.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA**31/12/2013****Transações não oriundas da incorporação de saldos:**

Integralização de capital com créditos com partes relacionadas	152.926
Aumento de imobilizado mediante consumo de itens de estoque	(10.637)
Baixa de provisão de contingências por compensação	(1.900)
Compensação de créditos de parte relacionada	(13.524)
Liquidação do saldo a pagar das variações patrimoniais através de baixa de créditos com partes relacionadas	25.760
	31/12/2013

Transações oriundas da incorporação de saldos:

Reconhecimento de bens, direitos e obrigações em decorrência de incorporação societária (ver nota explicativa nº 4):	
Caixa e equivalentes de caixa	(686)
Contas a receber de clientes e outros créditos	(6.569)
Estoques	(18.484)
Impostos a recuperar	(18.612)
Outras contas a receber	(581)
Partes relacionadas (saldos ativos)	(178.937)
Depósitos judiciais	(14.442)
Imobilizado	174.973
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	126.910
Partes relacionadas (saldos passivos)	13.444
Outras contas a pagar	9.165
Adiantamento de clientes	1.842
Receitas diferidas	6.799
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	32.190
Adiantamento para futuro aumento do capital	2.813
Capital social	193.450

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia recebeu cinco notificações, as quais totalizam R\$ 55.217, emitidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA referentes a eventuais danos ambientais provocados por acidentes ocorridos na malha ferroviária no ano de 2013, tendo o prazo de 30 dias para apresentar sua defesa.

A Administração, respaldada pela opinião dos assessores jurídicos, avalia a possibilidade de perda como possível e, portanto, não constituiu nenhuma provisão referente a este processo, em trâmite ainda na esfera administrativa, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

DIRETORIA

Marcello Barreto Marques - Diretor Comercial e Operações
Ricardo Fernandes - Diretor Administrativo Financeiro de Relações com Investidores
Vanessa Costa Castro - CRC CE 020.792/O-2 - Contadora Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para dezembro de 2013 (data do início das operações), assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para dezembro de 2013 (data do início das operações), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, afiliada e controladora da Companhia, respectivamente, representadas basicamente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para dezembro de 2013, (data do início das operações) preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2014

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE

Ruti Amaral Ramos Bomfim - Contadora - CRC 1RJ 048.044/0-8 "T" BA "S" CE

